

I Seminário Estadual de Educação de Jovens e Adultos
XXXI Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Espírito Santo

Grupo de Estudos 1

Reconfiguração do Currículo da EJA E Educação Popular

Levantamentos de questões de interesse do grupo relacionada a educação popular:

1. escola e comunidade
2. metodologia de diferenças geracionais
3. educador popular, perfil? Como se constituiu?
4. Arquitetura/Espaço EJA
5. relação professor-aluno
6. educação popular-conceito

Desdobramentos a partir das questões levantadas:

- inserção dos alunos nas discussões pertinentes a EJA
- Definição do número de alunos, ou não, por turma em EJA
- A dificuldade de ser professor de EJA quando se é efetivo
- Ampliação do debate sobre o currículo
- Considerar especificidades – idas e vindas do aluno da EJA

Relatoria do grupo de estudos: EJA e currículo (2)

Coordenadora: Maria Clemência

Relatores: Moisés e Vanessa

Dinâmica de apresentação – primeiramente foi recolhido os documentos de identidade ou de identificação dos participantes do GE. Em seguida, os documentos foram misturados em uma sacola e aleatoriamente, cada participante recolhia um documento para apresentar seu colega de grupo, falando suas características, tentando traçar um perfil para o sujeito.

O objetivo da dinâmica era trabalhar a(s) identidade (s) e sua relação com o currículo. Dessa forma, foi trabalhando os prazeres, as relações de trabalho, a origem, as expectativas dos sujeitos, entre outros.

Através dessa dinâmica desconstruiu-se a ideia de que currículo é só conteúdo escolar. Descobrimos que para a construção de um currículo, precisamos conhecer verdadeiramente quem são estes sujeitos da EJA. Isto é, sua origem popular e cultural, suas expectativas, sua história de vida, tornando-o elemento essencial nesta construção.

Questões que emergiram durante a discussão:

1. O que e como trabalhar com os alunos da EJA?
2. Como dissociar a EJA da suplência/supletivo?

Alguns apontamentos em relação as questões:

1. Essa “resistência” deveria ser quebrada para uma melhor compreensão da modalidade. A aula não deveria ser expositiva e sim dialogada. É preciso

esclarecer aos alunos a diferença entre suplência e EJA para eles se perceberem como sujeitos da EJA.

2. A suplência nega um dos eixos do Referencial Curricular para EJA que é o trabalho com a dimensão da história e saberes dos sujeitos
3. Partir da realidade do sujeito significa ampliar e qualificar o processo social do aluno e sua intervenção na sociedade
4. Ouvir nossos alunos é muito difícil, mas é preciso. Os tempos precisam ser outros, bem como a Organização do trabalho que deve respeitar a diversidade
5. A participação do sujeito é extremamente importante na construção do currículo. O currículo precisa ter significado de vida (histórico de vida, relação de trabalho, valores, práticas culturais...)
6. Pensar o currículo na escola significa pensar todo o trabalho na/da escola (planejamento aula/hora, horário de entrada e saída, calendário, compartimentalização dos saberes)
7. Possibilidades de trabalho, pensando na diversidade: trabalhar com grupos de interesses e trocas de experiências entre os sujeitos da EJA.

I SEMINÁRIO ESTADUAL DE EJA

Data: 11 de Agosto de 2007

Relatoria do GE-03: EJA e Educação do Campo

Municípios e entidades representadas: FAESA, Cariacica, Conceição da Barra (quilombolas: comunidades de Linharinho e Coxi), Santa Tereza, Alfredo Chaves (Alfabetização é um Direito), Vargem Alta (Secretaria Municipal), CEFETES/PROEJA, MST, UFES-NEJA, Vitória (SEME).

Síntese das discussões

1. direito público subjetivo (Parecer CNE/CEB nº 11/2000) extensivo aos povos do campo, principalmente quando consideramos o acúmulo que aponta a importância de Escolas do Campo
2. Salas de aula que são fechadas devido ao não cumprimento do mínimo de alunos estabelecido. Ex.: Conceição da Barra fecha salas com menos de 20 alunos;
3. rever a noção de frequência e currículo de modo a assegurar o direito à educação;
4. quem são os sujeitos do campo? Ribeirinhos, quilombolas, indígenas, pequeno produtor, assentado, dentre outros, apontam a necessidade de se pensar propostas curriculares a partir de suas condições materiais de existência. Pensar também o currículo a partir das transformações das relações entre campo-cidade (pluriatividade, hibridismo urbano-rural);
5. desconstruir no próprio aluno a perspectiva educacional que se limite somente ao âmbito da escolarização, da transmissão de conhecimentos fragmentados;
6. uma educação do campo que enraíze sem necessariamente fixar as pessoas nos seus modos de pensar e agir
7. uma educação do Campo que promova vida no campo
8. contradição apontada: os programas de alfabetização podem ser lidos como compensatórios, porém possibilitam a atuação de profissionais das comunidades rurais.

Propostas

1. as prefeituras podem fixar limite mínimo de alunos das turmas do Programa Alfabetização é um Direito, mas o não cumprimento não pode inviabilizar o funcionamento das mesmas. Isso pode ser estendido para outros programas;
2. a proposta de nucleação deve ser rural, mas sem causar uma concentração excessiva da procura. Além disso, o transporte escolar deve ser assegurado pelo Poder Público;
3. Maior divulgação e distribuição do material didático para os municípios (esclarecimento de material específico para os quilombolas);
4. o ‘Programa Alfabetização é um Direito’ pode fixar o período de 10 meses como referência de conclusão; porém, o aluno deve ter o direito de continuar seu processo de aquisição de leitura e escrita caso sinta necessidade. Ou seja, que se garanta o cadastramento;
5. o professor da comunidade deve ter prioridade para lecionar nas Escolas do Campo;
6. Caso exista um Plano Municipal de Educação, que se garanta o cumprimento de suas metas. Caso não o haja, articular com a base um movimento (Fórum) que comece a discutir a especificidade da Educação do Campo, valendo-se da Coleção “Por uma Educação do Campo” e das Diretrizes Curriculares para a Educação Básica do Campo. Garantir o cumprimento das metas do Plano Estadual de Educação no que concerne à realidade dos povos do campo.
7. Promover a oferta continuada para jovens e adultos do campo: da educação básica ao ensino superior;